

# SUMÁRIO

## PARTE I: TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

### CAPÍTULO 1

<b>CONSTITUCIONALISMO</b> .....	37
1. Conceito .....	37
2. Constitucionalismo antigo.....	38
2.1. Constitucionalismo hebreu .....	38
2.2. Constitucionalismo na Grécia Antiga .....	39
2.3. Constitucionalismo na Roma Antiga.....	39
3. Constitucionalismo Medieval.....	40
4. Constitucionalismo moderno .....	41
4.1. Reino Unido.....	42
4.2. Estados Unidos .....	43
4.3. França.....	44
4.4. Tabela comparativa entre as principais características dos três modelos de constitucionalismo moderno .....	46
5. Constitucionalismo social.....	46
6. Neoconstitucionalismo ou Constitucionalismo contemporâneo .....	47
7. Constitucionalismo antiliberal.....	49
8. Constitucionalismo abusivo .....	50
9. Constitucionalismo e globalização – mal-estar da constituição.....	51
10. Patriotismo constitucional.....	54

## CAPÍTULO 2

<b>DIREITO CONSTITUCIONAL E CONSTITUIÇÃO.....</b>	<b>55</b>
1. Conceito de Direito Constitucional.....	55
2. Objeto do Direito Constitucional.....	55
3. Natureza do Direito Constitucional.....	56
4. Conceito de constituição.....	56
5. Classificação das constituições.....	58
6. Histórico das constituições brasileiras.....	67
A. Constituição de 1824.....	67
B. Constituição de 1891.....	68
C. Constituição de 1934.....	69
D. Constituição de 1937.....	72
E. Constituição de 1946.....	73
F. Constituição de 1967.....	75
G. Constituição de 1988.....	78

## CAPÍTULO 3

<b>PODER CONSTITUINTE.....</b>	<b>81</b>
1. Conceito.....	81
2. Origem do poder constituinte.....	81
3. Poder constituinte originário.....	83
A. Introdução.....	83
B. Titularidade.....	83
C. Natureza jurídica.....	84
D. Atributos do poder constituinte originário.....	85
D.1. Inicial.....	85
D.2. Autônomo.....	85
D.3. Ilimitado.....	86
D.4. Incondicionado.....	87
D.5. Permanente.....	87
E. Procedimento constituinte.....	87
E.1. Momento constitucional.....	88

E.2. Formas de expressão do poder constituinte.....	88
F. “Reforma” da constituição via poder constituinte originário .....	89
4. Poder constituinte derivado.....	90
A. Introdução .....	90
B. Poder constituinte derivado reformador.....	91
B.1. Introdução .....	91
B.2. Poder constituinte derivado reformador na Constituição de 1988	92
I. Revisão constitucional.....	92
II. Emendas constitucionais .....	95
II.1. Limitações formais .....	95
II.2. Limitações circunstanciais.....	96
II.3. Limitações materiais.....	96
II.4. Limitações formais ou circunstanciais implícitas? .....	105
C. Poder constituinte derivado decorrente .....	106
C.1. Poder constituinte derivado decorrente no âmbito dos estados-	
-membros.....	106
C.2. Poder constituinte derivado decorrente no Distrito Federal .....	111
C.3. Poder constituinte derivado decorrente no âmbito dos Municí-	
pios.....	112
D. Mutação constitucional.....	113
D.1. Conceito.....	113
D.2. Mecanismos de atuação .....	114
D.3. Limites.....	115

## CAPÍTULO 4

<b>NORMAS CONSTITUCIONAIS.....</b>	<b>117</b>
1. Introdução .....	117
2. Texto normativo e norma constitucional .....	118
3. Características das normas constitucionais .....	118
4. Normas constitucionais especiais .....	120
A. Preâmbulo .....	120
B. Disposições constitucionais transitórias .....	122
5. Princípios, regras e postulados normativos .....	123

A.	Introdução .....	123
B.	Critérios distintivos entre regras e princípios.....	124
	B.1. Critérios quantitativos .....	124
	B.2. Critérios qualitativos .....	126
C.	Postulados normativos .....	128
6.	Eficácia das normas constitucionais.....	129
	A. Ruy Barbosa .....	129
	B. Pontes de Miranda .....	130
	C. José Afonso da Silva.....	130
7.	Normas constitucionais no tempo.....	133
	A. Introdução .....	133
	B. Aspectos gerais da incidência no tempo das normas constitucionais.....	134
	C. Relação entre a nova constituição e a ordem constitucional anterior .....	137
	D. Relação entre a nova constituição e a ordem infraconstitucional anterior ..	139

## CAPÍTULO 5

### **HERMENÊUTICA E INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL..... 143**

1.	Introdução .....	143
2.	Método clássico de interpretação .....	148
	A. Elemento gramatical.....	148
	B. Elemento histórico.....	149
	C. Elemento sistemático.....	150
	D. Elemento teleológico .....	150
3.	Métodos e princípios de interpretação específicos .....	151
	A. Princípios de interpretação da constituição.....	151
	A.1. Princípio da unidade da constituição .....	151
	A.2. Princípio da concordância prática.....	151
	A.3. Princípio do efeito integrador.....	152
	A.4. Princípio da força normativa da constituição e princípio da má- xima efetividade.....	152
	A.5. Princípio da justeza .....	152
	A.6. Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.....	153
	I. Questão terminológica.....	153

II. Origens.....	153
III. Natureza jurídica.....	154
IV. Aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.....	155
V. Proibição de proteção insuficiente .....	157
B. Métodos de interpretação constitucional.....	158
B.1. Método tópico-problemático .....	158
B.2. Método hermenêutico-concretizador .....	158
B.3. Método científico-espiritual.....	159
B.4. Método normativo-estruturante.....	160

## PARTE II: PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

### CAPÍTULO 6

<b>PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.....</b>	<b>163</b>
1. introdução.....	163
2. Princípios estruturantes da República Federativa do Brasil.....	163
A. Republicanismo .....	164
B. Estado Democrático de Direito .....	165
B.1. Estado de Direito .....	165
B.2. Democracia .....	167
B.3. Síntese: o Estado Democrático de Direito.....	169
C. Separação dos Poderes .....	169
D. Federalismo.....	173
2. fundamentos da República Federativa do Brasil.....	173
3. Objetivos da República Federativa do Brasil .....	178
4. Princípios da República Federativa do Brasil nas relações internacionais.....	179

## PARTE III: ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

### CAPÍTULO 7

<b>FORMAS DE ESTADO .....</b>	<b>183</b>
1. Introdução .....	183
2. Tipologia das Formas de Estado .....	183
3. Estado federal.....	186
A. Características.....	186
B. Tipologia do federalismo .....	187
C. Autonomia dos entes federativos.....	191

### CAPÍTULO 8

<b>O ESTADO FEDERAL BRASILEIRO .....</b>	<b>193</b>
1. Introdução .....	193
2. Técnicas de repartição de competências.....	195
3. Entes federativos brasileiros.....	196
A. União Federal.....	196
A.1. Conceito .....	196
A.2. Bens da União .....	197
A.3. Competências da União.....	198
B. Estados-membros.....	223
B.1. Conceito .....	223
B.2. Formação dos Estados-membros .....	223
B.3. Bens dos Estados-membros .....	225
B.4. Competências dos Estados-membros.....	225
B.5. Regiões metropolitanas.....	226
C. Municípios.....	227
C.1. Conceito .....	227
C.2. Posição dos Municípios na federação .....	228
C.3. Formação dos Municípios .....	229
C.4. Bens dos Municípios .....	230

C.5. Competências dos Municípios.....	231
D. Distrito Federal.....	233
D.1. Criação do Distrito Federal.....	233
D.2. Natureza jurídica do Distrito Federal.....	234
D.3. Autonomia do Distrito Federal.....	234
D.4. Competências do Distrito Federal.....	235
D.5. Peculiaridades do Distrito Federal.....	235
E. Territórios Federais.....	236
F. Federação e a pandemia da COVID-19.....	237

## CAPÍTULO 9

<b>INTERVENÇÃO.....</b>	<b>245</b>
1. Noções Gerais.....	245
2. Intervenção federal.....	246
3. Intervenção estadual.....	251

## PARTE IV: ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

### CAPÍTULO 10

<b>FUNÇÕES TÍPICAS E ATÍPICAS .....</b>	<b>255</b>
---	------------

### CAPÍTULO 11

<b>PODER LEGISLATIVO .....</b>	<b>257</b>
1. Funções do poder Legislativo.....	257
2. Estrutura do Poder Legislativo.....	258
A. Estrutura do Poder Legislativo federal.....	258
B. Estrutura do Poder Legislativo estadual.....	260
C. Estrutura do Poder Legislativo federal.....	261
3. Atribuições do Poder Legislativo.....	262

A.	Atribuições do Congresso Nacional.....	262
B.	Atribuições da Câmara dos Deputados.....	265
C.	Atribuições do Senado Federal .....	265
4.	Funcionamento do Poder Legislativo .....	267
A.	Reuniões .....	267
B.	Mesas.....	268
C.	Comissões parlamentares .....	270
C.1.	Conceito e características .....	270
C.2.	Comissões temáticas .....	271
C.3.	Comissão representativa do Congresso Nacional .....	272
C.4.	Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).....	272
I.	Conceito e requisitos .....	272
II.	Poderes das Comissões Parlamentares de Inquérito.....	275
III.	Sindicabilidade dos atos das Comissões Parlamentares de Inquérito .....	280
IV.	Conclusões das Comissões Parlamentares de Inquérito .....	281
V.	Comissões Parlamentares de Inquérito estaduais e municipais.....	282
5.	Remuneração dos parlamentares.....	283
6.	Estatuto dos parlamentares.....	285
A.	Introdução .....	285
B.	Imunidades parlamentares .....	285
B.1.	Regras gerais.....	285
B.2.	Imunidade material.....	286
B.3.	Imunidades formais.....	289
I.	Imunidade formal em relação à prisão .....	290
II.	Imunidade formal em relação ao processo.....	291
B.4.	Foro por prerrogativa de função.....	293
B.5.	Outras garantias.....	299
I.	Outras garantias .....	299
B.6.	Imunidades parlamentares estaduais, distritais e municipais.....	300
C.	Incompatibilidades e impedimentos.....	302
D.	Perda do mandato .....	303
D.1.	Visão geral .....	303
D.2.	Perda do mandato por quebra do decoro parlamentar .....	304



D.3. Perda do mandato em razão de sentença penal condenatória transitada em julgado.....	305
D.4. Renúncia do cargo.....	307
D.5. Controle judicial do processo de cassação.....	307
I. Hipóteses em que o parlamentar não perde o mandato parlamentar.....	308
7. Processo legislativo.....	309
A. Introdução.....	309
B. Leis ordinárias e leis complementares.....	310
B.1. Fase introdutória (iniciativa).....	310
I. Fase introdutória.....	310
I. Iniciativa concorrente.....	311
II. Iniciativa privativa.....	311
III. Iniciativa popular.....	318
IV. Iniciativa conjunta.....	320
V. Formalização da iniciativa.....	321
B.2. Fase constitutiva.....	322
I. Deliberação parlamentar.....	322
I.1. Parecer das Comissões.....	322
I.2. Discussão e votação nas Casas Legislativas.....	323
I.3. Emendas parlamentares.....	326
I.4. Regime de urgência constitucional.....	329
II. Deliberação executiva.....	330
II.1. Sanção.....	330
II.2. Veto.....	331
B.3. Fase complementar.....	335
I. Promulgação.....	336
II. Publicação.....	336
C. Processos legislativos especiais.....	337
C.1. Emendas constitucionais.....	337
I. Introdução.....	337
I.I. Limitações formais.....	338
II.1. Fase introdutória (iniciativa).....	338
II.2. Fase constitutiva.....	342
II.3. Fase complementar.....	344

C.2. Leis delegadas.....	344
C.3. Medidas provisórias .....	346
I. Introdução .....	346
II. Natureza jurídica.....	347
III. Elaboração das medidas provisórias .....	348
III.1. Fase pré-congressual.....	348
III.2. Fase congressual (lei de conversão) .....	354
IV. Medidas provisórias nos Estados-membros e nos Municípios? .....	360
C.4. Decretos legislativos .....	360
C.5. Resoluções .....	361
8. Processo legislativo.....	362
A. Introdução .....	362
B. Tribunais de Contas.....	364
B.1. Origem, conceito e natureza jurídica.....	364
B.2. Composição.....	365
B.3. Competências.....	366
B.4. Tribunais de Contas estaduais e municipais .....	374
B.5. Ministério Público Especial.....	378

## CAPÍTULO 12

<b>PODER EXECUTIVO .....</b>	<b>381</b>
1. Funções do poder executivo .....	381
2. Sistemas de Governo.....	382
3. Estrutura do Poder Executivo Federal.....	384
A. Presidente da República .....	384
A.1. Eleição, posse e mandato .....	384
A.2. Substituição e sucessão do Presidente da República.....	386
A.3. Atribuições do Presidente da República.....	388
B. Vice-Presidente da República.....	392
C. Ministros de Estado .....	393
D. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional .....	394
4. Estrutura do Poder Executivo Estadual.....	395

5.	Estrutura do Poder Executivo Municipal.....	397
6.	Responsabilidade do Presidente da República .....	397
	A. Infrações penais comuns.....	397
	B. Crimes de responsabilidade .....	399
	B.1. Conceito de crime de responsabilidade.....	399
	B.2. Processo de impeachment .....	400
	I. Introdução .....	400
	II. Primeira etapa – Câmara dos Deputados.....	401
	III. Segunda etapa – Senado Federal .....	402
	IV. Sanções.....	404
	V. Controle jurisdicional .....	405
7.	Responsabilidade dos governadores e dos prefeitos.....	405
	A. Governadores dos Estados-membros.....	405
	A.1. Infrações penais comuns .....	405
	A.2. Crimes de responsabilidade .....	406
	B. Prefeitos Municipais .....	409

## CAPÍTULO 13

### **PODER JUDICIÁRIO..... 411**

1.	Funções do poder judiciário.....	411
2.	Garantias do poder judiciário .....	411
	A. Garantias institucionais.....	412
	B. Garantias funcionais .....	414
3.	Estrutura do poder judiciário.....	416
	A. Visão geral .....	416
	B. Supremo Tribunal Federal .....	418
	B.1. Posição e composição.....	418
	B.2. Competências.....	419
	B.3. Súmula vinculante .....	422
	C. Superior Tribunal de Justiça .....	424
	C.1. Posição e composição.....	424
	C.2. Competências.....	425
	D. Justiça Federal.....	427

D.1. Composição.....	427
D.2. Competências.....	428
I. Competência dos Tribunais Regionais Federais.....	428
II. Competência dos Juízes Federais.....	429
III. Incidente de deslocamento de competência (IDC).....	430
E. Justiça do Trabalho .....	432
E.1. Composição.....	432
E.2. Competências.....	433
F. Justiça Eleitoral .....	435
F.1. Composição.....	435
F.2. Competências.....	436
G. Justiça Militar da União .....	437
G.1. Composição.....	437
G.2. Competências.....	437
H. Justiça Estadual.....	438
H.1. Composição.....	438
H.2. Competências.....	438
H.3. Justiça militar dos Estados.....	439
4. Quinto constitucional.....	439
5. Estatuto da magistratura .....	441
6. Conselho Nacional de Justiça (CNJ) .....	448
A. Natureza jurídica e papel .....	448
B. Composição .....	448
C. Competências .....	449
7. Precatórios .....	454
A. Introdução .....	454
B. Requisição de pequeno valor (RPV).....	455
C. Regimes de pagamento de precatórios .....	457
D. Procedimento.....	457

## CAPÍTULO 14

### **FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA ..... 461**

1. Introdução .....	461
---------------------	-----

2. Ministério Público.....	461
A. Conceito.....	461
B. Princípios institucionais.....	462
C. Garantias.....	463
C.1. Garantias institucionais .....	463
C.2. Garantias funcionais.....	465
D. Estrutura .....	468
E. Investidura.....	470
F. Atribuições do Ministério Público .....	470
G. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).....	472
G.1. Composição.....	472
G.2. Atribuições do CNMP .....	473
3. Advocacia pública.....	475
A. Introdução .....	475
B. Advocacia-Geral da União (AGU).....	476
C. Procuradorias estaduais e do Distrito Federal .....	477
4. Advocacia privada .....	481
5. Defensoria pública .....	482
A. Posição e papel da Defensoria Pública .....	482
B. Organização e estrutura .....	483
C. Garantias funcionais.....	484
D. Autonomia das Defensorias Públicas .....	485
E. Princípios institucionais.....	486

## PARTE V: DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

### CAPÍTULO 15

#### **SISTEMA CONSTITUCIONAL DAS CRISES ..... 491**

1. Introdução .....	491
2. Estado de defesa.....	492
3. Estado de sítio .....	494

## CAPÍTULO 16

**FORÇAS ARMADAS..... 497**

1. Conceito de forças armadas..... 497
2. Posição e organização ..... 497
3. Funções ..... 498
4. Estatuto dos militares..... 499
5. Serviço militar obrigatório..... 501

## CAPÍTULO 17

**SEGURANÇA PÚBLICA..... 503**

1. Introdução ..... 503
2. Órgãos de segurança pública e suas finalidades..... 503
3. Estatuto dos agentes de segurança pública..... 509

**PARTE VI: CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE**

## CAPÍTULO 18

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ..... 513**

1. Conceito de controle de constitucionalidade..... 513
2. Pressupostos do controle de constitucionalidade ..... 514
3. Antecedentes históricos do controle de constitucionalidade..... 515
4. Sistemas norte-americano e austríaco de controle de constitucionalidade ..... 516
5. Bloco de constitucionalidade..... 518

## CAPÍTULO 19

**A INCONSTITUCIONALIDADE..... 521**

1. Conceito e efeitos.....	521
2. Espécies de inconstitucionalidade .....	523
A. Formal e material .....	523
B. Por ação e por omissão.....	524
C. Total e parcial.....	526
D. Originária e superveniente .....	526
3. Estado de coisas inconstitucional .....	529

## CAPÍTULO 20

### **MODALIDADES DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE..... 531**

1. Considerações iniciais .....	531
2. Controle político e controle judicial.....	531
3. Controle preventivo e repressivo .....	532
4. Controle difuso e concentrado.....	535
5. Controle principal e incidental .....	536

## CAPÍTULO 21

### **O SISTEMA BRASILEIRO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ..... 537**

1. Histórico .....	537
2. Constituição Federal de 1988.....	539

## CAPÍTULO 22

### **CONTROLE DIFUSO-INCIDENTAL DE CONSTITUCIONALIDADE NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 ..... 541**

1. Introdução .....	541
2. Forma de provocação.....	542
3. Competência .....	544
4. Procedimento.....	545
5. Efeitos .....	548

- A. Suspensão pelo Senado Federal da execução de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (artigo 52, inciso X, da CF/88). 550
- B. Abstrativização do controle difuso-incidental ..... 553

## CAPÍTULO 23

### **CONTROLE CONCENTRADO-PRINCIPAL DE CONSTITUCIONALIDADE NA CONSTITUIÇÃO DE 1988..... 561**

1. Introdução ..... 561
2. Forma de provocação ..... 562
3. Ação direta de inconstitucionalidade – ADI ..... 564
- A. Conceito e fundamento legal ..... 564
- B. Competência ..... 565
- C. Parâmetro de controle ..... 566
- D. Objeto de controle..... 568
- E. Legitimidade ..... 578
- E.1. Legitimidade ativa ..... 578
- E.2. Legitimidade passiva ..... 583
- F. Processo e julgamento ..... 584
- F.1. Procedimento ..... 584
- F.2. Medida cautelar..... 588
- F.3. *Amicus curiae* e audiências públicas..... 591
- F.4. Julgamento..... 594
- G. Decisão e seus efeitos..... 595
- G.1. Efeitos *erga omnes*..... 596
- G.2. Efeitos vinculantes ..... 596
- G.3. Efeitos retroativos (*ex tunc*)..... 600
- G.4. Efeitos repristinatórios ..... 601
- G.5. Modulação dos efeitos..... 602
- G.6. Efeitos da decisão de inconstitucionalidade sobre as decisões judiciais ..... 604
- H. Técnicas especiais de julgamento: as decisões intermediárias ..... 605
- H.1. Interpretação conforme a Constituição ..... 606
- H.2. Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução do texto ..... 607
- H.3. Apelo ao legislador ..... 608



H.4. Declaração de inconstitucionalidade sem a pronúncia de nulidade ....	609
H.5. Decisões manipulativas.....	611
I. Prescritibilidade? .....	614
J. Reclamação.....	615
4. <b>Ação declaratória de constitucionalidade - ADC</b> .....	616
A. Conceito e fundamento legal .....	616
B. Competência .....	617
C. Parâmetro de controle .....	617
D. Objeto de controle.....	617
E. Legitimidade .....	618
F. Processo e julgamento .....	618
F.1. Procedimento .....	618
F.2. Medida cautelar.....	620
F.3. <i>Amicus curiae</i> e audiências públicas.....	621
F.4. Julgamento.....	622
G. Decisão e seus efeitos.....	622
5. <b>Ação direta de inconstitucionalidade por omissão - ADO</b> .....	622
A. Conceito e fundamento legal .....	622
B. Competência .....	623
C. Parâmetro de controle .....	623
D. Objeto de controle.....	624
E. Legitimidade .....	626
F. Processo e julgamento .....	627
F.1. Procedimento .....	627
F.2. Medida cautelar.....	628
F.3. <i>Amicus curiae</i> e audiências públicas.....	628
F.4. Julgamento.....	629
G. Decisão e seus efeitos.....	629
H. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão e mandado de in- junção .....	631
6. <b>Arguição de descumprimento de preceito fundamental - ADPF</b> ....	633
A. Conceito e fundamento legal .....	633
B. Espécies .....	633
C. Competência .....	634
D. Cabimento .....	634

D.1. Parâmetro de controle: descumprimento de preceito fundamental....	634
D.2. Objeto de controle .....	636
D.3. Princípio da subsidiariedade.....	641
E. Legitimidade .....	642
F. Processo e julgamento .....	643
F.1. Procedimento .....	643
F.2. Medida liminar .....	644
F.3. <i>Amicus curiae</i> e audiências públicas.....	644
F.4. Julgamento.....	645
G. Decisão e seus efeitos.....	646
7. <b>Ação direta interventiva (representação interventiva)</b> .....	646
A. Conceito e fundamento legal .....	646
B. Competência.....	647
C. Parâmetro de controle .....	647
D. Objeto de controle.....	648
E. Legitimidade .....	648
F. Processo e julgamento .....	649
F.1. Procedimento .....	649
F.2. Medida liminar .....	650
F.3. <i>Amicus curiae</i> e audiências públicas.....	651
F.4. Julgamento.....	651
G. Decisão e seus efeitos.....	652
H. Ação direta interventiva estadual .....	652

## CAPÍTULO 24

### **CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NOS ESTADOS-MEMBROS..... 655**

1. Controle difuso-incidental de constitucionalidade nos Estados-membros .....	655
2. Controle concentrado-principal de constitucionalidade nos Estados-membros...	656
A. Introdução .....	656
B. Competência.....	657
C. Parâmetro .....	657
D. Objeto.....	658
E. Legitimidade .....	659

F. Ações possíveis em âmbito estadual.....	660
G. Recurso extraordinário .....	661
H. Simultaneidade de ações .....	663

## PARTE VII: DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

### CAPÍTULO 25

#### **TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS..... 667**

1. Conceito.....	667
A. “Titularizados pelas pessoas” .....	667
B. “Frente ao Estado”: a questão da eficácia horizontal.....	670
C. “Positivados nas Constituições” .....	672
D. “Concretizar uma vida digna, livre e igual” .....	674
2. Institutos afins.....	675
A. Direitos naturais .....	675
B. Direitos humanos.....	675
C. Garantias fundamentais .....	675
D. Direitos da personalidade.....	676
E. Direitos públicos subjetivos.....	677
3. Histórico .....	677
4. Evolução e dimensões dos direitos fundamentais.....	679
5. Características .....	681
6. Classificação dos direitos fundamentais.....	683
A. Teoria dos quatro <i>status</i> de Jellinek.....	683
B. Direitos de defesa, direitos a prestações e direitos de participação.....	684
B.1. Direitos de defesa.....	684
B.2. Direitos a prestações.....	684
B.3. Direitos de participação.....	685
7. Aplicabilidade das normas de direitos fundamentais.....	685
8. Dimensão subjetiva e dimensão objetiva .....	687

9. Âmbito de proteção, restrições e conteúdo essencial dos direitos fundamentais .....	689
A. Suporte fático .....	689
B. Restrições aos direitos fundamentais .....	691
C. Limite dos limites: conteúdo essencial dos direitos fundamentais .....	693
D. Casos especiais de restrição .....	695
10. Deveres fundamentais .....	696

## CAPÍTULO 26

### **DIREITOS FUNDAMENTAIS INDIVIDUAIS EM ESPÉCIE..... 699**

1. Introdução .....	699
2. Direito à vida .....	700
A. Aspectos gerais .....	700
B. Âmbito de proteção .....	701
C. Relatividade do direito à vida .....	702
D. Questões controvertidas .....	703
D.1. Aborto .....	703
D.2. Eutanásia .....	708
D.3. Células-tronco embrionárias .....	710
D.4. Legítima defesa da honra .....	711
D.5. Regulamentação do uso de armas de fogo por agentes da segurança pública .....	712
3. Direito à liberdade .....	712
A. Aspectos gerais .....	712
B. Liberdade de locomoção .....	713
C. Liberdade de expressão .....	714
C.1. Aspectos gerais .....	714
C.2. Questões controvertidas .....	716
I. Discurso de ódio ( <i>hate speech</i> ) .....	716
II. Marcha da maconha .....	717
III. Trucagem e sátiras políticas .....	717
IV. Tatuagem e concursos públicos .....	718
V. Caso Gerald Thomas .....	719
VI. Dossiê contra servidores do grupo “antifascista” .....	719

VII. Especial de Natal do “Porta dos Fundos” .....	720
VIII. Restrição à comercialização de testes psicológicos .....	721
IX. Caso Aída Curi – direito ao esquecimento .....	721
X. Restrições à publicidade comercial de fumígenos.....	722
D. Liberdade de informação e de imprensa .....	723
D.1. Aspectos gerais.....	723
D.2. Questões controvertidas .....	724
I. Biografia não autorizada.....	724
II. Não recepção da lei da imprensa .....	725
III. Programação de televisão e classificação indicativa.....	725
IV. Entrevista com Adélio Bispo .....	726
V. Pandemia de COVID-19 e acesso à informação .....	728
VI. Resolução do TSE para o enfrentamento à desinformação atentatória à integridade do processo eleitoral .....	728
E. Liberdade de consciência e religiosa.....	729
E.1. Aspectos gerais.....	729
E.2. Questões controvertidas .....	732
I. Obrigatoriedade da expressão “sob a proteção de Deus” no preâmbulo das Constituições estaduais .....	732
II. Ensino religioso nas escolas .....	732
III. Provas de concurso público e dias de guarda.....	733
IV. Proselitismo religioso em rádios comunitárias.....	735
V. Discurso de ódio e liberdade religiosa .....	736
VI. Sacrifícios de animais em rituais religiosos.....	737
VII. Vacinação obrigatória.....	738
VIII. Medidas de contenção à transmissão do novo coronavírus e proibição temporária de atividades religiosas em ambiente presencial .....	739
IX. Manutenção de Bíblias em escolas públicas e bibliotecas.....	739
F. Liberdade de reunião e de associação.....	740
F.1. Liberdade de reunião .....	740
F.2. Liberdade de associação.....	742
G. Liberdade profissional.....	743
4. Direito à privacidade.....	744
A. Aspectos gerais .....	744
B. Direito à intimidade, vida privada, honra e imagem .....	745

C.	Sigilo de comunicações privadas e dados.....	747
D.	Inviolabilidade do domicílio .....	751
E.	Proteção aos dados pessoais .....	753
5.	Direito à igualdade .....	754
A.	Aspectos gerais .....	754
B.	Ações afirmativas .....	756
C.	Lei Maria da Penha .....	758
D.	Reserva de vagas para alunos de escolas públicas do mesmo ente federativo.....	758
E.	CrITÉrios diferenciados entre homens e mulheres para a concessão de pensão por morte .....	759
6.	direito à propriedade.....	759
A.	Aspectos gerais .....	759
B.	Desdobramentos constitucionais do direito de propriedade.....	761
B.1.	Desapropriação .....	761
B.2.	Requisição.....	762
B.3.	Impenhorabilidade da pequena propriedade rural.....	763
B.4.	Direitos autorais.....	763
B.5.	Propriedade de inventos, patentes e marcas.....	765
B.6.	Direito de herança .....	765

## CAPÍTULO 27

### **GARANTIAS FUNDAMENTAIS INDIVIDUAIS EM ESPÉCIE ..... 767**

1.	Segurança jurídica .....	767
A.	Noções gerais .....	767
B.	Corolários da segurança jurídica.....	768
B.1.	Princípio da legalidade.....	768
B.2.	Princípio da irretroatividade das leis .....	769
2.	Garantias penais.....	775
A.	Introdução .....	775
B.	Garantias relativas às normas penais .....	776
B.1.	Princípio da legalidade penal.....	776
B.2.	Princípio da irretroatividade da lei penal.....	776
B.3.	Mandados de criminalização .....	777

C.	Garantias relativas às penas .....	778
C.1.	Princípio da intranscendência das penas .....	778
C.2.	Princípio da individualização das penas .....	779
C.3.	Princípio da humanidade .....	780
C.4.	Limitações à extradição .....	781
D.	Garantias relativas à prisão .....	782
3.	Garantias processuais.....	783
A.	Introdução .....	783
B.	Princípio da inafastabilidade da jurisdição.....	784
C.	Princípio do juiz natural .....	784
D.	Tribunal do júri.....	784
E.	Devido processo legal.....	786
F.	Contraditório e ampla defesa .....	787
G.	Inadmissibilidade da utilização de provas ilícitas.....	788
H.	Presunção de inocência.....	789
I.	Publicidade dos atos processuais .....	793
J.	Assistência judiciária .....	794
K.	Princípio da razoável duração do processo.....	794
4.	Remédios constitucionais .....	795
A.	Aspectos gerais .....	795
B.	<i>Habeas corpus</i> .....	796
B.1.	Aspectos gerais.....	796
B.2.	Hipóteses de cabimento .....	797
B.3.	Legitimidade.....	801
B.4.	Competência .....	802
B.5.	Procedimento .....	804
C.	<i>Habeas data</i> .....	805
C.1.	Aspectos gerais.....	805
C.2.	Hipóteses de cabimento .....	806
C.3.	Legitimidade.....	807
C.4.	Competência .....	808
C.5.	Procedimento .....	809
D.	Mandado de segurança .....	810
D.1.	Aspectos gerais.....	810
D.2.	Histórico .....	811

D.3. Hipóteses de cabimento .....	811
D.4. Espécies de mandado de segurança .....	817
D.5. Legitimidade.....	818
D.6. Competência .....	821
D.7. Algumas observações procedimentais.....	822
E. Mandado de injunção.....	824
E.1. Aspectos gerais.....	824
E.2. Hipóteses de cabimento.....	825
E.3. Legitimidade.....	826
E.4. Competência .....	827
E.5. Procedimento .....	828
E.6. Decisão e efeitos.....	828
E.7. Mandado de injunção coletivo.....	832
F. Ação popular.....	832
F.1. Aspectos gerais.....	832
F.2. Requisitos.....	832
F.3. Legitimidade.....	833
F.4. Competência .....	834
G. Direito de petição.....	835

## CAPÍTULO 28

### **DIREITOS SOCIAIS ..... 837**

1. Introdução .....	837
2. Aplicabilidade das normas que veiculam direitos sociais.....	838
A. Introdução ao tema.....	838
B. Argumentos doutrinários .....	840
B.1. Argumentos favoráveis ao reconhecimento de uma menor densidade normativa .....	840
B.2. Argumentos favoráveis ao reconhecimento de uma maior densidade normativa .....	844
C. Conclusões doutrinárias .....	847
D. A jurisprudência dos Tribunais Superiores .....	848
3. Princípio da vedação do retrocesso.....	851
4. Direitos sociais em espécie.....	854



A. Direito à seguridade social.....	854
A.1. Direito à saúde .....	855
I. Aspectos gerais.....	855
II. Fornecimento de medicamentos e tratamentos pelo poder público.....	857
III. Direito à saúde e a pandemia de Covid-19.....	862
IV. Demais entendimentos do Supremo Tribunal Federal sobre o direito à saúde .....	864
A.2. Direito à previdência social.....	865
A.3. Direito à assistência social.....	866
I. Benefício de prestação continuada (BPC).....	866
II. Renda básica familiar .....	870
III. Outros benefícios assistenciais.....	870
B. Direito à educação.....	871
C. Direito à cultura.....	878
D. Direito à alimentação.....	880
E. Direito à moradia .....	880
F. Direitos dos trabalhadores.....	883

## CAPÍTULO 29

### **DIREITO À NACIONALIDADE ..... 891**

1. Conceito .....	891
2. Natureza jurídica .....	892
3. Espécies de nacionalidade e critérios para a sua aquisição .....	893
4. Conflitos de nacionalidade: apatridia e polipatridia .....	894
5. O caso brasileiro .....	895
A. Brasileiros natos.....	895
B. Brasileiros naturalizados.....	897
C. Diferenças de tratamento entre brasileiros natos e naturalizados.....	900
D. Perda da nacionalidade .....	902
E. Reaquisição da nacionalidade .....	903
F. Situação jurídica do estrangeiro.....	904

## CAPÍTULO 30

<b>DIREITOS POLÍTICOS .....</b>	<b>909</b>
1. Conceito .....	909
2. Natureza jurídica .....	910
3. Aquisição da cidadania.....	910
4. Direitos políticos positivos.....	911
A. Capacidade eleitoral ativa .....	914
B. Capacidade eleitoral passiva.....	917
C. Plebiscito, referendo e iniciativa popular .....	919
D. Ação popular.....	920
E. Partidos políticos.....	920
5. Direitos políticos negativos.....	924
A. Inelegibilidades.....	924
A.1. Introdução .....	924
A.2. Inelegibilidades constitucionais.....	924
A.3. Inelegibilidades infraconstitucionais .....	927
B. Perda e suspensão dos direitos políticos.....	928
B.1. Perda dos direitos políticos .....	928
B.2. Suspensão dos direitos políticos .....	929
C. Reaquisição dos direitos políticos .....	931
6. Princípio da anterioridade eleitoral.....	932
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>933</b>